

O ENSINO DE HISTORIA E SEUS PARADIGMAS

Eeloiza Pegorini Bordini¹

RESUMO

Para compreensão da crise em que se encontra o sistema educacional, especificamente o ensino de História, é necessário avaliar as atitudes que o governo brasileiro, autoritariamente, externou nas décadas de 60 e 70, atingindo profundamente o ensino brasileiro. Criando os cursos de Licenciatura Curta em Estudos Sociais, o governo desvalorizou os professores das Ciências Humanas, perpassando a ideia de que profissional sem Licenciatura Plena fosse capaz de lecionar. Acreditamos que essa crise também tem suas bases numa questão de metodologia, e isso nos leva a refletir que o ensino/pesquisa seja uma saída.

Palavras-chave: história, memória, ensino e pesquisa

RESUMEN

Para La mejor comprensión de la crisis está en el sistema educativo, en particular la enseñanza de la historia, es necesario evaluar las actitudes que el gobierno de Brasil, con autoridad expresada en los años 60 y 70, que afectan profundamente a la educación brasileña. Crear Licenciaturas cortos en los estudios sociales, el gobierno devaluó los maestros de las humanidades, pasando por la idea de que el profesional sin grado completo fueron capaces de enseñar. Creemos que esta crisis también tiene sus fundamentos en cuestión de metodología, y esto nos lleva a pensar que la enseñanza / investigación es una salida.

Palabras-llave: historia, memoria, enseñanza y investigación.

Ao participarmos do curso de pós-graduação “fundamentos da Educação e Didática do Ensino Superior”, oferecido pelo UNIVAG, que buscava a qualificação de seu corpo docente, tivemos a oportunidade de fazer novas leituras, discussões e trocas com colegas de diversas áreas do conhecimento e, assim, avaliar nossa prática como profissionais da área de História há mais de trinta anos. Dessa maneira, aproveitamos o momento para refletir sobre nossa formação, tentando maior clareza sobre o atual trabalho que ora desenvolvemos dentro desta Instituição, ligada ao curso de História e, mais precisamente, orientando as atividades de estágio.

O objetivo de nosso trabalho é tematizar a disciplina História, vê-se aí a necessidade de resgatar parte do seu passado, porque ainda hoje sentimos fortemente os reflexos das medidas impostas a nossa área de trabalho. Por outro lado, todo o sistema educacional brasileiro, até o momento, paga preço alto pelas medidas tomadas naquele período.

¹Profª. Especialista do curso de História do UNIVAG

Para escrevermos sobre essa temática, faz-se imprescindível que comentamos o passado ainda recente dessa área do conhecimento. Sabe-se que desde o início do século XIX – período da formação do Estado Nacional brasileiro – essa disciplina era trabalhada nas escolas com a função de legitimar a memória da elite brasileira, interessada em referendar os grandes homens, construir os seus heróis e narrar as batalhas que marcaram aquele período histórico². A essa luz, o conteúdo de tal disciplina não oferecia instabilidade ao sistema. Muito pelo contrário, contribuía para sua afirmação.

Entretanto, esse quadro sofreu alterações, a partir da segunda metade do século XX, quando as universidades brasileiras passaram a se mobilizar por conta das questões mais de cunho social, fazendo com que as discussões se tornasse mais dinâmicas no interior dos cursos de História. Na realidade, essa mudança não atingiu somente a História, acabando por resolver as demais Ciências Humanas, o que veio a provocar intranquilidade ao poder instituído, nada sequioso de mudanças.

A classe dominante, ou seja, a burguesia detentora do poder, sentindo a ameaça que significavam as novas propostas pedagógicas, e com o rumo político do país, apoiou o golpe militar de 1964, arquitetando outra forma de dominação, muito mais segura e ampla, garantindo assim seu espaço³.

A partir da instalação do governo ditatorial, a educação no Brasil tomou uma dimensão privatista e as decisões tomadas desde então se encaminharam com vista a tolher quaisquer ameaças aos privilégios da burguesia dominante.

As reformas na educação, que se processam no período, estavam também voltadas à preocupação com a profissionalização, visando atender à demanda de mão-de-obra para as empresas, portanto atendiam a interesses econômico-burgueses. Nessa esteira foi realizada uma reforma educacional que atendeu ao binômio do regime militar: segurança nacional/desenvolvimento econômico.

A seguir, buscaremos analisar a situação em que ficou a disciplina de História diante das medidas impostas pelo governo antidemocrático que se instalou.

Principalmente, percebemos que a História recebeu uma atenção especial dos reformadores, pois, após o ano de 1968, diversas mudanças ocorreram no seu ensino.

² Schwartv (1987, p.105).

³ Freire (1987, p.29).

Sabemos que o professor, no processo de ensino, é um dos elementos mais cruciais, afinal se supõe que ele domine o conhecimento e é ele quem planeja e executa as atividades de aprendizagem, sendo para isso investido de autoridade institucional.

Essa autonomia fornecida aos professores não combinava com o sistema de governo implantado, nem com o modelo pedagógico usado durante os governos populistas. Portanto, uma das saídas encontradas pelo governo ditatorial foi a de desqualificar o profissional de História. Assim, reforçou-se a ideia de que os seus conteúdos podiam ser trabalhados por profissionais com formação de curto prazo.

Concomitantemente, criaram o curso de Estudos Sociais, em que conteúdo de História e Geografia eram trabalhados de maneira rápida e superficial, num período de dois anos, quando não de um ano e meio. Justificaram essas medidas alegando que o país necessitava, com urgência, de profissionais formados para atuar como professores de História e Geografia no ensino do primeiro e segundo graus.

Os licenciados em Estudos Sociais ficavam autorizados a lecionar as disciplinas de História, Geografia, Educação Moral e Cívica e ainda OSPB. Estas duas últimas tinham uma dimensão doutrinária e conservadora, ao tempo em que buscavam substituir as duas primeiras. Havia uma intenção de dissolução desses campos do saber, como disciplinas formadoras do espírito crítico.

Fica claro, então, que a criação do curso de Estudos Sociais atendia aos interesses daquele momento.

Além disso, os militares autorizaram a criação de várias faculdades particulares, que ofereciam, após alguns meses de curso, o diploma e, conseqüentemente, a permissão para que seus discentes lecionassem tanto História quanto Geografia.

Vale ressaltar aqui que outras áreas de formação mantiveram os mesmo padrão de carga horária e duração.

Outra característica daquele governo foi ampliar sua desobrigação com o financiamento do ensino, especialmente dos níveis médio e superior. A própria Constituição de 1967 deixou fixar o vínculo entre a porcentagem de verbas, destinadas para o ensino, e o orçamento geral da União.

O Estado diminuiu, gradativamente, os investimentos no setor educacional, crescendo sensivelmente a rede de ensino privado em todo o país. Observava-se a predominância do privado sobre o público.

Diante desse quadro educacional, percebia-se a recusa de levar a educação aos diferentes setores sociais. A esse fato, os educadores denominaram de seletividade escolar.

Dentro da preocupação do governo com a questão da profissionalização, vemos presentes os interesses da burguesia dominante: desejava ampliar a quantidade de trabalhadores no mercado, visando ao crescimento econômico e também ao achatamento salarial diante da ampliação do exército de reserva.⁴

As reformas educacionais, propostas tanto no ensino do primeiro e segundo graus, como no ensino universitário, foram usadas como instrumento de desenvolvimento e progresso social.

No que se refere ao segundo grau, as reformas se centralizaram na predominância das disciplinas de formação especial sobre as de formação geral. Era evidente a existência de interesse na capacitação de mão-de-obra em cooperação com as empresas, tendo em vista as necessidades do mercado de trabalho local e regional. A diminuição das disciplinas de formação geral também atendia a outro interesse, ou seja, eliminar quase totalmente a área de Ciências Humanas.

As reformas educacionais, supostamente, atendiam às demandas sociais por cursos superiores em graduação e pós-graduação. Sabe-se, no entanto, que seu objetivo era essencialmente desmobilizador, pois atacava, sem dó nem piedade, a organização do movimento estudantil, a autonomia universitária e a possibilidade de contestação e crítica no interior das instituições de Ensino Superior.

Para o governo, não era importante formar pessoas capazes de refletir, argumentar, criticar, mas sim capazes simplesmente de executar tarefas manuais nas empresas. Afinal, desenvolver capacidades mentais significaria enfrentar possíveis dissabores. Por conta disso, tal modelo pedagógico satisfazia um dos binômios, o da “segurança nacional”.

A partir de 1982, com o início do processo de abertura política, essa realidade começou a se alterar e a predominância da formação específica sobre a geral chegou ao fim. As disciplinas História e Geografia, entre outras, que haviam sido praticamente banidas dos

⁴ Marx (1981, p.22).

currículos escolares, retornam a eles. Entretanto, as cargas horárias das disciplinas das Ciências Humanas continuaram irrelevantes, em confronto com as de Exatas e Biológicas.

Ainda na década de 80, uma crescente e forte mobilização por parte de instituições, professores e aluno, envolvidos no resgate das Ciências Humanas, passou a suceder em vários pontos do país. Entre alguns avanços e recuos, ao final foi conquistada a vitória ante as novas tentativas de dar continuidade aos cursos de Estudos Sociais.

A criação de inúmeros cursos de Estudos Sociais, espalhados em vários pontos do país, permitiu a formação de grandes números de profissionais da educação despreparados para o trabalho nas escolas. Esses acabavam, na maioria das vezes, empurrados para a alternativa mais cômoda, ou seja, utilizar o manual didático, reproduzindo-o de uma forma quase absoluta, reforçando um processo de ensino onde não há espaço para a crítica, menos ainda para a criatividade.

Não é difícil compreender esse processo, dado que o profissional não foi formado, mas sim deformado: foi retirado dele o direito de receber o instrumental científico para uma atuação segura e confiante na área de conhecimento que sua Licenciatura permitia.

Sabe-se que as reflexões acima, por si só, não justificam a situação caótica em que o ensino da disciplina de História se encontra ainda hoje. Então, como explicar tal fato?

A disciplina de História não é a única dos currículos escolares a ser mal trabalhada, nem só as Ciências Humanas passam por esta crise. No entanto, estudos demonstram que a política desencadeada para tal situação, pois a desqualificação dos profissionais das Ciências Humanas repercutiu dentro do sistema educacional. Em adendo, gerou crescente desvalorização profissional e uma proletarização de todos os profissionais da educação. Não sem razão, após a década de 80, o movimento de sindicalização dos profissionais da educação cresceu e as lutas por questões salariais e pela melhoria no ensino também se multiplicaram.

Os profissionais de educação que atuavam nas instituições escolares e a sociedade brasileira se recordam das inúmeras greves que eclodiram no país inteiro. Mato Grosso viveu esse momento plenamente, uma vez que, durante as décadas de 80 e 90, houve ano letivo que a rede estadual realizou mais de uma paralisação.

A década de 80 foi período marcante para a área de História, pois se vivenciava uma realidade extremamente rica e, ao mesmo tempo, contraditória: de um lado, sucedia amplo debate e trocar de experiências, num repensar dos problemas da área; e de outro, ainda vivíamos dentro de uma legislação criada em plena ditadura.

Nesta década, também se presenciava o processo de redemocratização do país, lutas pelas eleições diretas, eleições diretas para governadores. Ocorrendo os processos de reformulação dos currículos nas maiorias dos municípios, as experiências de escolas de educação básica, ligadas às universidades, apontaram alguns caminhos de ensino de História nesses últimos anos.

Nos anos noventas aprovou-se a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, prevendo o processo de unificação curricular e de avaliações nacionais, publicando também os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Sucessivamente, o governo adotou uma série de medidas que provocaram mudanças na história da educação brasileira e, em especial, das disciplinas.

Atualmente, o sistema escolar possui uma pluralidade de concepções de Educação e de História, em que não há consenso sobre o que seria melhor ensinar. Não raro, nenhuma unidade escolar consegue elaborar uma proposta de ensino de História. Essa pluralidade de concepções de História tem confundido o professor que pergunta: Que História ensinar? Como abandonar certos conteúdos e incluir outros? Quais conhecimentos são mais úteis, quais os mais atuais? As formas de avaliar também causam dúvidas e levam o professor a se questionar se deve ou não fazer avaliações objetivas, pois sente estar desrespeitando a opinião do aluno.

O ensino de História tem revelado forte grau de insatisfação, dado que, quando perguntamos se o aluno gosta das aulas de História, a resposta mais comum é de que as aulas são chatas, cansativas, que o professor só fala do passado e que isso não é interessante. Para a maioria dos professores, a situação não é muito diferente, pois se sentem desmotivados pelo desinteresse do alunado e se perguntam se vale a pena insistir num trabalho que parece tão improdutivo.

Neste momento nos perguntamos: Será que a resposta para este problema tão grave não está numa metodologia ultrapassada? Afinal, vivemos um descompasso entre o dinamismo que os jovens possuem no seu dia-a-dia e o que ocorre no interior das escolas.

Será que o trabalho escolar que não consegue associar teoria e prática⁵, como se fossem partes de um mesmo conjunto, pode render frutos? Será que um professor que trabalha apenas reproduzindo livros didáticos pode estar entusiasmando seus alunos e a si mesmo?

⁵ Pimenta (2002, p. 116).

Pesquisas e experiências recentes têm revelado que o ensino reprodutivista, em que alunos e professor são meros consumidores de material, ao valorizar a memorização mecânica de dados, e vislumbrando os conteúdos como produtos prontos e acabados, não possui mais espaço. Daí precisa se adequar às novas exigências, em que os dois componentes do processo educativo são sujeitos, criadores e produtores de saberes.

Nessa perspectiva de educação, nenhum dos sujeitos ocupa papel secundário. Ambos atuam de maneira ativa, aberta e flexível, cientes de que o ensinar e o aprender fazem parte de um processo de construção compartilhada, na busca de progressiva autonomia do aluno.

Dentro dessa concepção de ensino e aprendizagem, o que se propõe é desenvolver um trabalho de investigação e a produção de conhecimentos, feitos por alunos e professores no espaço escolar.

Para atender a essa concepção, a transformação do ensino de História é estratégica, não só na luta contra o rompimento das práticas homogeneizadoras e acríticas, mas também na criação de outras práticas escolares.

O ensino de História ganha coerência e significado quando trabalhado por meio de projetos, pois só a investigação, partindo sempre do real permitirá que o alunado se perceba na condição de se componente e construtor da História. O estudo por projetos didáticos permite que a teoria e a prática se associem.

Nessa linha torna-se possível a acolhida da diversidade cultural, da experiência dos diferentes grupos, no espaço da sala de aula, é possível o professor de História fazer emergir o plural, a memória daqueles que tradicionalmente não têm direito à história, unindo os fios do presente e do passado, num processo ativo de desconstrução e construção de saberes.

A História é a disciplina escolar essencialmente formativa, e seu estudo precisa ser vivenciado plenamente pelo seu aluno, um a um, para poder gerar verdadeiros cidadãos e efetivar plena democracia.

Esta proposta de trabalho vem sendo praticada pelo UNIVAG e faz parte da política de formação de professores dentro dos cursos de Licenciatura da Instituição. E, como orientadora de estágio de curso de História, integro a equipe que está desenvolvendo projetos de ensino em diversas escolas da rede estadual e municipal de Cuiabá e Várzea Grande.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FOBSECA, S. G. **Caminhos da História Ensinada**. 5.ed. Campinas: Papyrus, 1993. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

FOBSECA, S. G. **Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas: Papyrus, 2003. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

NIKITIUK, S. L. (org.). **Repensando o Ensino da História**. São Paulo: Cortez, 1996. (Questões da nossa época; v. 53).

SILVA, M. A. da (org.). **Repensando a História**. 6.ed. São Paulo: Editora Marco Zero, 1984.